

### CONVÊNIO Nº 247/2017 - Protocolo 14.883.333-8

### PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE



CONVÊNIO N° 247/2017 que celebram o Estado do Paraná, por sua Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, e o Município de SANTA IZABEL DO OESTE.

O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob nº 76.416.957/0001-85, sediada na Rua dos Funcionários. 1559, em Curitiba/PR, CEP: 80.035-050, doravante denominada SEAB, representada neste ato por seu Titular, NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.185,513-0, inscrito no CPF/MF sob nº 231,562,879-20. residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 73, CEP: 80.035-090, em Curitiba/PR, e o MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, inscrito no CNPJ/MF sob n° 76.205.715/0001-42, sediado na Rua Acácia, n° 1317, CEP: 85.650-000. doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, MOACIR FIAMONCINI, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.329.647-3 SESP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 031.907.239-82, residente e domiciliado na Rua Ipê, nº 1644, CEP: 85.650-000, no Município de Santa Izabel do Oeste – PR, em consonância com o contido no protocolado sob nº 14.883.333-8, nos termos do artigo 1º, parágrafos 6º e 7º do Decreto Estadual nº 4189/2016. complementado pelo Decreto Estadual nº 7596/2017, Lei Estadual 19.206/2017 e demais disposições aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO. mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este convênio tem por objeto a recuperação das Estradas Rurais, em consonância com as diretrizes do "Projeto de Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais", num total de 96,49 quilômetros (Km), nos seguintes trechos:

Trecho	Denominação do Trecho	Extensão (m)
01	Estrada Linha Sarandi A	440
02	Estrada Linha Sarandi B	3.850
03	Estrada Linha Sarandizinho A	1.500
04	Estrada Linha Sarandizinho B	2.000
05	Estrada Linha Sarandizinho C	2.450
06	Estrada Linha Timóteo	3.100
07	Estrada Linha São Judas Tadeu A	850
08	Estrada Linha São Judas Tadeu B	3.600
09	Estrada Linha Sarandi C	600
10	Estrada Linha Sarandizinho D	4.380
11	Estrada Linha Sarandi D	3.350
12	Estrada Linha Sarandi E	670
13	Estrada Linha Sarandizinho E	1.250
14	Estrada Linha Sarandizinho F	380

Joseph V. Jul



## CONVÊNIO Nº 247/2017 - Protocolo 14.883.333-8

## PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE



15	Estrada Linha Sarandizinho G	4.200
16	Estrada Linha São Judas Tadeu C	3.300
17	Estrada Linha São Judas Tadeu D	1.300
18	Estrada Linha São Judas Tadeu E	1.550
19	Estrada Linha Pratinha	1.300
20	Estrada Linha São Judas Tadeu F	2.100
21	Estrada Linha Benizio	3.100
22	Estrada Linha União Oeste/Nova Estrela	8.000
23	Estrada Linha Nova Estrela A	1.900
24	Estrada Linha Nova Estrela B	1.750
25	Estrada Linha Alto União A	1.650
26	Linha Estrada Linha Alto União B	700
27	Estrada Linha Anunciação A	1.150
28	Estrada Linha Anunciação B	2.550
29	Estrada Linha Anunciação C	3.300
30	Estrada Linha Km 47 A	700
31	Estrada Linha Km 47 B	1.900
32	Estrada Linha Km 45 A	1.700
33	Estrada Linha Km 45 B	750
34	Estrada Linha Nova	3.200
35	Estrada Linha Rio da Prata A	3.000
36	Estrada Linha Sarandizinho H	900
37	Estrada Linha Pinheirinho A	1.200
3/2/5/3/2	Estrada Linha Pinheirinho B	700
38		1.300
39	Estrada Linha Santa Catarina	360
40	Estrada Linha Bonati A Estrada Linha Bonati B	800
41		1.100
42	Estrada Linha Cerini	300
43	Estrada Linha Jacutinga	
44	Estrada Linha São José / Maravilha	480
45	Estrada Linha Colônia Nova A	1.300
46	Estrada Linha São Paulo A	1.400
47	Estrada Linha Anta Gorda A	550
48	Estrada Linha Anta Gorda B	800
49	Estrada Linha Anta Gorda C	400
50	Estrada Linha CTG	600
51	Estrada Linha Sarandi F	450
52	Estrada Linha São Braz	700
53	Estrada Linha Jacutinga B	1.500
54	Estrada Linha Nova Estrela C	1.000
55	Estrada Linha Rio da Prata B	400
56	Estrada Linha Rio da Prata C	1.100
57	Estrada Linha Rio da Prata D	400
58	Estrada Linha Nova Estrela D	900
59	Estrada Linha São Paulo B	600
	TOTAL	96.490,00

**Parágrafo único.** Para atingir o objeto deste Convênio, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **MUNICÍPIO** e aprovado pela **SEAB**, o qual passa a integrar o ajuste, independentemente de transcrição.

Joseph O. Jak



### CONVÊNIO Nº 247/2017 - Protocolo 14.883.333-8

### PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES

Para a consecução do consignado na Cláusula Primeira compete:

### I – À SEAB:

- a) Repassar à conta do MUNICÍPIO os recursos financeiros, em estrita observância com o Cronograma de Desembolso, constante no Plano de Trabalho deste Convênio;
- b) Analisar e aprovar os Relatórios de Atividades e a prestação de contas dos recursos financeiros transferidos ao **MUNICÍPIO**;
- c) Gerenciar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a realização do objeto, consoante estabelecido no Plano de Trabalho, mediante inspeções e expedição de Relatórios, dando-se ciência ao MUNICÍPIO da respectiva autuação;

d) Emitir o Termo de Cumprimento dos Objetivos, em havendo a satisfação do objeto conveniado:

e) Publicar, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente instrumento até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura e dos eventuais aditivos, se houver;

f) Encaminhar a prestação de contas e respectivo processo na forma e prazo fixados em Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR para apreciação:

g) Informar o TCE/PR sobre qualquer ilegalidade ou irregularidades na execução do

convênio

h) Instaurar, em prazo não excedente a 30 (trinta) dias, Tomada de Contas Especial, nas hipóteses previstas nos arts. 233 e 234, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

 i) Manter atualizadas no Sistema Integrado de Transferências (SIT) do TCE/PR, a partir da publicação do extrato deste instrumento, o Cadastro, o Plano de Trabalho

e o registro do Servidor encarregado pela fiscalização do ajuste;

 j) Notificar o MUNICÍPIO para que proceda à apresentação da prestação de contas dos recursos aplicados quando não houver sido apresentada no prazo legal ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos objeto da transferência voluntária, instaurando, em caso de omissão, a devida Tomada de Contas Especial;

 k) Comunicar expressamente ao MUNICÍPIO sobre quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos relativos a este Convênio ou outras pendências de ordem técnica, concedendo ao MUNICÍPIO prazo para o saneamento ou apresentação de justificativas, que não poderá ser superior a 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período;

I) Na hipótese de não obtida a satisfação das pendências de que trata a alínea precedente, apurar eventuais danos e comunicar o fato ao MUNICÍPIO, para que promova o ressarcimento do valor apurado, sob pena de imediata instauração de

Tomada de Contas Especial.

m) Analisar e, se for o caso, aprovar, excepcionalmente, a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, acompanhada de justificativa, desde que não implique em alteração do objeto e encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para o término da vigência do ajuste.

n) Outras, de ordem específicas, constantes no Plano de Trabalho.

3/12
Sough (1. fr.)



### CONVÊNIO Nº 247/2017 - Protocolo 14.883.333-8

NUCON

### PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

#### II - Ao MUNICÍPIO:

- a) Executar as ações fixadas no Plano de Trabalho, objeto deste Convênio, de acordo com o que rege a Lei Estadual nº 15.608/2007 e na Lei nº 8.666/93, observando rigorosamente as metas, etapas, cronogramas e estratégias de ação constantes do Plano de Trabalho;
- b) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos referentes à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- c) Utilizar os recursos alocados pela SEAB para a plena execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, em conformidade com os prazos consignados neste ajuste e complementar, a título de **contrapartida financeira**, o valor de **R\$ 38.368,80 (trinta e oito mil, trezentos e sessenta e oito Reais e oitenta centavos)**, a serem comprovados junto ao Fiscal da SEAB, necessários para a realização do objeto descrito na Cláusula Primeira, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
- d) Utilizar os recursos alocados pela SEAB para a plena execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, em conformidade com os prazos consignados neste ajuste, necessários para a realização do objeto descrito na Cláusula Primeira, conforme estabelecido no Plano de Trabalho;
- e) Atender as recomendações, exigências e determinações da **SEAB** e dos agentes do sistema de controle interno e externo;
- f) Indicar expressamente o servidor responsável pela gestão das ações de sua competência;
- g) Disponibilizar um técnico habilitado para acompanhar todos os procedimentos vinculados à execução do Objeto;
- h) Disponibilizar as máquinas e equipamentos, com os operadores, necessários à execução das ações;
- i) Informar à **SEAB** os fatos ou circunstâncias que dificultem ou interrompam a realização do objeto;
- j) Prestar contas à SEAB acerca da adequada utilização dos recursos repassados, como também ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em conformidade às determinações da Resolução nº 28/2011 ou o texto legal que a substituir com observância do prazo e na forma estabelecida;
- k) Manter os recursos recebidos da SEAB em conta específica em Instituição Financeira Oficial, sendo que os saldos, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados em cadernetas de poupança se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreado em títulos de dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;
- Restituir o eventual saldo de recursos ao Concedente, na conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente convênio;
- m) Responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução dos trabalhos, compreendidos nas atividades consistentes na implementação do objeto deste Convênio, eximindo a SEAB de qualquer vínculo empregatício;
- n) Não autorizar o pagamento antecipado ou adiantamento pelo fornecimento de bens ainda não entregues, com recursos deste Convênio;

Wough U. Jan de

Daw .



## CONVÊNIO Nº 247/2017 - Protocolo 14.883.333-8

### PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

- o) Não repassar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto do presente convênio:
- p) Instituir uma Unidade Gestora de Transferências (UGT) para controlar a aplicação dos recursos deste convênio, controlar a movimentação financeira dos recursos transferidos e aferir as despesas pertinentes à execução do ato de transferência:
- a) Manter cadastro atualizado junto ao SIT do TCE/PR do(s) gestor(es) e servidor(es) encarregados da fiscalização do ato de transferência:
- r) Preservar todos os documentos originais relacionados ao presente convênio em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do TCE/PR por um prazo de 10 (dez) anos contados do encerramento do processo de prestação de contas, nos termos do art. 398 do Regimento Interno do TCE/PR:
- s) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pela SEAB:
- t) Nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação previstos nos artigos 33 e 34 da Lei Estadual nº 15.608/2007, deverá ser atentado o disposto no parágrafo 2°, do art. 35, da aludida Lei:
- u) Propiciar à SEAB todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive permitindo-lhe inspeções in loco, fornecendo as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento, sempre que solicitado;
- v) Solicitar a prorrogação do prazo para execução e vigência do objeto conveniado. mediante Termo Aditivo, com observância ao contido na Cláusula Décima Primeira e com a apresentação das razões que justifiquem a inexecução do objeto no prazo ajustado:
- x) Providenciar o credenciamento junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços da Secretaria de Estado da Previdência, a teor do art. 4º incs. I e II do Decreto nº 9762/2013;
- z) Apresentar as Certidões de Regularidade Fiscal, explicitadas na Cláusula Oitava, observando as determinações ali consignadas;
- w) Outras, de ordem específicas, constantes no Plano de Trabalho apresentado à SEAB.

#### III - Responsabilidades comuns:

- a) As responsabilidades dos partícipes são limitadas, exclusivamente. obrigações contraídas durante o presente ajuste, cada qual assumindo e respondendo pelos encargos legais, contratuais e trabalhistas decorrentes da realização do objeto deste instrumento em relação aos seus servidores, não havendo responsabilidade solidária;
- b) As entidades partícipes estabelecem que as despesas de custeio no desenvolvimento das atividades são de responsabilidade de cada entidade, não cabendo ressarcimento, à que título for, de uma parte à outra na realização do objeto.
- c) As entidades partícipes assumem o compromisso de promover a divulgação do trabalho realizado em parceria, durante a vigência do presente termo concedendo os devidos créditos.

Joseph U. Jan J.



## SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB CONVÊNIO Nº 247/2017 – Protocolo 14.883.333-8



PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

Parágrafo Primeiro. No exercício dos deveres de acompanhamento e fiscalização do objeto deste convênio, o Controle Interno da **SEAB** poderá, a qualquer tempo, intervir junto aos órgãos da própria **SEAB**, como também do **MUNICÍPIO**, por intermédio da Unidade Gestora de Transferências – UGT, competindo-lhe, ainda, a emissão de relatório ao final da execução do convênio e as demais atribuições impostas pelo art. 22, da Resolução nº 028/2011 do TCE/PR, com as alterações dispostas pela Resolução nº046/2014 do TCE/PR.

Parágrafo segundo. A execução pelo MUNICÍPIO das atividades decorrentes deste convênio, mediante emprego, a qualquer título e regime, de mão de obra autônoma, não transfere de um a outro partícipe as obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, tampouco constitui forma de associação, temporária ou permanente, independentemente do local de execução das atividades, cada qual assumindo e respondendo pelos encargos legais, contratuais e trabalhistas decorrentes da realização do objeto deste instrumento em relação aos seus funcionários, não subsistindo responsabilidade solidária.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

A fiscalização e a supervisão do ajuste serão instrumentalizadas mediante os seguintes documentos:

- a) Relatório de Vistoria Inicial;
- b) Plano de Trabalho vinculado ao Convênio;
- c) Termo de Acompanhamento e Fiscalização, emitido na ocasião da averiguação in loco da autoridade competente, consistente de relatório pormenorizado no qual serão anotados as ocorrências e os resultados de qualquer verificação sobre as atividades desenvolvidas, como também as condições em que se encontra a execução do objeto. O referido Termo será expedido no mínimo uma vez a cada dois meses ou sempre que houver intervenção do servidor fiscal competente, consoante avaliação técnica ou determinação de autoridade superior;
- d) Certificado de Compatibilidade Físico-Financeira, emitido na hipótese de não ter sido concluído o objeto, especificando a proporção de execução e de inexecução do objeto;
- e) Certificado de Cumprimento dos Objetivos, pelo qual a SEAB certificará motivadamente o cumprimento do objeto da parceria nos termos ajustados, expedido quando constatada a efetivação, de modo estável, rotineiro, com identificados resultados percebidos e verificáveis do atingimento do interesse público.
- f) Relatório Circunstanciado sobre a execução do objeto da transferência, contendo, no mínimo, o seguinte:
  - f.1) histórico de acompanhamento da execução do termo de transferência, apontando eventuais suspensões de repasse, a motivação das suspensões e as medidas saneadoras adotadas;
  - f.2) manifestação conclusiva do órgão concedente sobre a regularidade da aplicação dos recursos, considerando o cumprimento dos objetivos e das metas, a

Foregla O. Jar for

Jan



## SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB CONVÊNIO Nº 247/2017 — Protocolo 14.883.333-8



PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

observância às normas legais e regulamentares penitentes e às cláusulas pactuadas;

f.3) a qualidade do serviço prestado ou da obra executada;

f.4) a avaliação das metas e dos resultados estabelecidos pelo termo de transferência, contendo um comparativo analítico entre a situação anterior e a posterior à celebração do termo.

Parágrafo primeiro. Nos termos do art. 137, inc. IV, da Lei nº 15.608/2007 e no art. 20 e seguintes da Resolução nº 28/2011 do TCE/PR, atuará como Fiscal do Convênio o servidor Gilberto Cesar Wust da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 303.502.390-53, que ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do valor repassado e da execução do respectivo objeto.

Parágrafo segundo. O Gestor do Convênio pela SEAB será o servidor Neri Munaro, inscrito no CPF/MF sob o nº 200.575.630-04, a quem competirá as seguintes atribuições:

- a) Cuidar para que a documentação do convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada, desde a sua proposta, até a aprovação da prestação de contas;
- Ensejar as ações para que a execução física e financeira do convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- c) Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se conjuntamente com o Servidor Fiscal pela avaliação de sua eficácia;
- d) Atuar com interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio:
- e) Controlar os saldos dos empenhos do Convênio:
- f) Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio:
- g) Controlar os prazos de prestação de contas do Convênio, bem como efetuar análises e encaminhar ao Ordenador de despesas para aprovação;
- h) Manter, com o apoio do Servidor Fiscal, o Sistema Integrado de Transferências SIT/TCE-PR atualizado com o lançamento do Convênio;
- i) Zelar pelo cumprimento integral do convênio;
- j) Emitir "Termo de Conclusão" atestando o término do Convênio.

## CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS I - SEAB

O recurso financeiro a ser repassado pela **SEAB** corre por conta da dotação orçamentária 6502.20608044.257 — Políticas de Apoio à Agricultura Familiar, natureza de despesa 334041.01 — Contribuições a Municípios, Fonte 100 — Ordinário não Vinculado, empenhado em 23/11/2017, sob nº 65000000701739-2.

### II - MUNICÍPIO

A contrapartida financeira de responsabilidade do MUNICÍPIO correrá à conta da Dotação Orçamentária 06.01.20.606.0005.2.011, Natureza de Despesa 3.3.90.39.00

7/12 Tough Uft b



## CONVÊNIO Nº 247/2017 - Protocolo 14.883.333-8

### PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

NUCONV

 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Fonte 000 – Livre, da Lei Orçamentária Anual – LOA 2017, nº 1.918 de 16/12/2016.

### CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do objeto deste convênio os recursos somam o valor total de R\$ 288.368,80 (duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e sessenta e oito Reais e oitenta centavos), cabendo à SEAB repassar ao MUNICÍPIO, em parcela única, a importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil Reais) e, a título de contrapartida financeira, cumprirá ao MUNICÍPIO o valor de R\$ 38.368,80 (trinta e oito mil, trezentos e sessenta e oito Reais e oitenta centavos), observando-se os prazos estabelecidos no Plano de Trabalho que o integra.

Parágrafo Primeiro. A contrapartida financeira do MUNICÍPIO, necessária à complementação da execução do objeto do presente Convênio, será depositada em conta bancária específica do ajuste, em conformidade com o estabelecido no cronograma de desembolso que integra o Plano de Trabalho.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de o objeto deste Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição pelos partícipes (SEAB e MUNICÍPIO), conceder-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, tendo como parâmetro os valores estabelecidos no caput desta Cláusula.

Parágrafo Terceiro. O montante financeiro repassado não poderá ser aumentado, salvo quando houver ampliação do objeto capaz de justificá-lo, formalizada mediante aditivo e condicionada à apresentação e prévia aprovação de detalhado Plano de Trabalho adicional à comprovação da execução das etapas anteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS

O repasse dos recursos da **SEAB** será em **parcela única**, creditada em conta corrente específica, aberta pelo **MUNICÍPIO**, no **Banco do Brasil, agência nº 2579-8**, conta corrente **nº 18.533-7**, de acordo com o estabelecido no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho.

Parágrafo Primeiro — A movimentação dos recursos e da conta bancária dar-se-á exclusivamente ao atendimento das despesas decorrentes da realização do objeto, processada somente mediante emissão de cheque nominativo, cruzado e não endossável; ordem bancária; transferência eletrônica ou outra modalidade que identifique a destinação dos recursos e, no caso de pagamento, o credor.

Parágrafo Segundo – O saldo final da conta corrente específica deverá ser recolhido pelo **MUNICÍPIO** à conta da **SEAB**, observada a legislação aplicável, conforme previsto no art. 15, da Resolução nº 28/2011 do TCE/PR.

8/12 Jough (). In h

Jour Mark



### PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

**Parágrafo Terceiro** – Os recursos da conta específica somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA GLOSA DAS DESPESAS

É vedada a utilização de recursos repassados ao **MUNICÍPIO** em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Convênio, como também no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência estabelecido, ainda que em caráter de emergência ou em desalinho às determinações da Lei Estadual nº 15.608/2007.

### CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGATORIEDADE DE REGULARIDADE FISCAL

Cumprirá ao **MUNICÍPIO**, quando da celebração do Convênio e na assinatura de aditamentos de valor, apresentar as seguintes certidões válidas:

- Certidão de Regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Contribuição Previdenciária (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- II) Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- III) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (art.136, inc. IV, da Lei Estadual nº 15.608/2007);
- IV) Certidão Negativa para Transferências Voluntárias (art.25, § 1°, IV, "a", da Lei Complementar 101/2000);
- V) Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (art.289, do Regimento Interno do TCE/PR e art.3°, inc. IV, da Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR);
- VI) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (art.3°, inc. X, da Instrução Normativa 61/2011 do TCE/PR);

Parágrafo Primeiro. À vista das determinações da Lei Estadual 18.466/2015 e do Decreto nº 1933/2015 e considerando o disposto no artigo 1º, da Lei Estadual nº 19.206/2017, o **MUNICÍPIO** não poderá apresentar restrição cadastral junto ao Cadastro de Informativo Estadual – CADIN por ocasião da celebração do Convênio e de aditamento de valor.

Parágrafo segundo. A preceder a celebração do Convênio, o MUNICÍPIO deverá cadastra-se junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, a teor do artigo 4º, incisos I e II do Decreto Estadual nº 9762/2013.

CLÁUSULA NOŅA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O MUNICÍPIO prestará contas à SEAB na forma e nos prazos fixados nas normativas próprias do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE/PR, por intermédio do Sistema Integrado de Transferências-SIT-TCE/PR, mediante a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros entendidos necessários pela SEAB:

a) Relatório de execução físico-financeira;

9/12

Tough O. Just

aus



### CONVÊNIO Nº 247/2017 - Protocolo 14.883,333-8

### PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

NUCON

- b) Relatório de execução da receita e despesa;
- c) Relatório dos pagamentos efetuados:
- d) Relação dos produtos adquiridos com recursos dos convênios:
- e) Cópia do extrato da conta bancária específica:
- f) Parecer jurídico guando do lancamento do edital de licitação:
- a) Publicação do aviso de licitação, se ocorreu o procedimento;
- h) Cópia da Ata de julgamento da licitação;
- i) Parecer jurídico da homologação do certame:
- i) Cópia do despacho adjudicatório e homologatório de licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando se tratar de contratação direta admitida por lei:

Parágrafo primeiro. Os partícipes deverão atentar ao disposto na Resolução nº 28/2011 (art. 25 e seguintes) e Instrução Normativa nº 61/2011 (art. 18 e seguintes), ambos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, inclusive quanto ao prazo final para apresentação das contas.

Parágrafo segundo. As despesas serão demonstradas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome do Município e devidamente identificados com referência ao título e ao número do Convênio.

Parágrafo terceiro - A ausência de prestação de contas nos prazos estabelecidos. sujeitará o MUNICÍPIO à instauração de Tomada de Contas Especial, em conformidade com o disposto nos artigos 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DOS **DOCUMENTOS** DE DESPESA E DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APRESENTAÇÃO

Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, com observância do consignado no parágrafo único do art. 20, da Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Externo e Interno, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação das contas do gestor da SEAB, pelo Tribunal de Contas do Paraná, referente ao exercício em que forem incluídas as contas.

Parágrafo único. O dever de guarda e conservação de que trata o caput não exime o MUNICÍPIO do dever de inserir regularmente no Sistema Integrado Transferências-SIT do TCE/PR, as informações e documentos relacionados ao presente Convênio, como também aqueles exigidos pela Resolução nº 28/2011 -TCE/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

A execução e vigência deste convênio será de 18 (dezoito) meses, com início na data da publicação do extrato na Imprensa Oficial Estadual, podendo ser

Dough O. July



### CONVÊNIO Nº 247/2017 - Protocolo 14.883.333-8

### PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

prorrogada, a critério dos partícipes, mediante solicitação por escrito do **MUNICÍPIO** em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias antes de seu término.

Parágrafo único - A SEAB deverá prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado conforme estabelecido no parágrafo primeiro, do artigo 61, do Decreto Estadual nº 3513/2016.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

Este ajuste poderá ser denunciado, formalmente, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por desrespeito das normas preconizadas na legislação vigente, por inexecução de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexequível, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, impingindo aos partícipes as responsabilidades das obrigações oriundas do prazo que esteve vigente.

Parágrafo único. Constitui motivo para rescisão deste Convênio, a inexecução das cláusulas firmadas, em especial, quando constatadas as seguintes situações:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado ou de irregularidades de natureza grave, no decorrer da fiscalização ou auditoria necessária;

c) Ausência de Prestação de Contas Final no prazo legal, ou de Prestações de Contas Parciais, quando solicitada ao Município;

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento, em decorrência de ajustes convencionados entre os partícipes na sua vigência, poderá ser alterado ou aditado por proposta da **SEAB** ou do **MUNICÍPIO** devidamente justificada, comprovando o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento e na legislação indicada em seu preâmbulo, mediante solicitação por escrito do **MUNICÍPIO** em prazo não inferior a **60** (sessenta) dias antes de seu término.

Parágrafo único. Os aditamentos ou alterações no presente instrumento serão formalizados por meio de Termos Aditivos, sequencialmente numerados, admitindose Termos de Apostilamento na hipótese de simples alteração na indicação dos recursos orçamentários.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Os partícipes elegem o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, para solução de qualquer pendência não resolvida por amigável consenso relacionada à realização do objeto, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11/12 Tough O. Ja/4 TOTAL TOTAL



### CONVÊNIO Nº 247/2017 - Protocolo 14.883.333-8

### PARTÍCIPES: SEAB E O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE

E, para a firmeza e validade do acordado, lavram o presente Instrumento de Convênio, o qual lido e concluído conforme é firmado pelos seus representantes legais, e testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 25 de novembro de 2017.

Norberto Anacleto Ortigara

Secretário de Estado

Moacir Fiamoncini

Prefeito de Santa Izabel do Oeste

JUL

Testemunhas:

Neri Munaro

Gestor do Convênio pela

SEAB

Gilberto Cesar Wust da

Silva

Fiscal do Convênio pela

**SEAB** 

Douglas Olavo Kempa

Gestor do Convênio pelo

MUNICÍPIO